

6 - De Homem para Homem: Ação Formativa para Prevenção da Violência Doméstica e do Feminicídio

From Man to Man: Educational Action for the Prevention of Domestic Violence and Femicide

Victor Rodrigo Amaral¹

Dênis Wellinton Viana²

RESUMO

O aumento dos feminicídios no Brasil, em contraste com a redução da letalidade violenta geral, evidencia limites das estratégias de segurança pública centradas apenas em respostas reativas e posteriores à violência consumada. Este artigo apresenta um estudo sobre a ação educativa “De Homem para Homem”, desenvolvida no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP/PR), com foco na prevenção primária e universal da violência doméstica e do feminicídio. O objetivo do estudo é descrever e analisar a organização institucional, o percurso pedagógico e os indicadores iniciais de alcance e receptividade da prática estudada. Trata-se de relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem mista, apoiado na pesquisa-ação pedagógica, conforme Franco (2025), e na análise documental de registros institucionais, planilhas de monitoramento, divulgação oficial e avaliação amostral pós-evento. A prática analisada foi estruturada em quatro etapas interinstitucionais e resultou em uma palestra organizada em três eixos: reflexão sobre masculinidade, compreensão da violência e atuação como agente de prevenção. Entre 2024 e agosto de 2025, foram capacitados 450 servidores das instituições de segurança pública do estado e registradas 293 palestras, com alcance informado de 42 mil pessoas. No primeiro quadrimestre de 2026, foram realizadas 36 novas palestras, com 921 participantes. A avaliação amostral em evento externo indicou nota média de

¹ Capitão da Polícia Militar do Paraná (PMPR), mestre em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: victor.vramaral@gmail.com

² Major da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e chefe da Divisão de Ensino da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: dwvdenis@gmail.com

9,3 em dez pontos. Conclui-se que a prática estudada apresenta potencial como estratégia educativa preventiva, embora o estudo reconheça a necessidade de avaliações longitudinais sobre seus efeitos comportamentais.

Palavras-chave: segurança pública; prevenção primária; masculinidades; violência doméstica; metodologias ativas.

ABSTRACT

The increase in femicide rates in Brazil, in contrast with the reduction in overall violent lethality, highlights the limits of public security strategies centered only on reactive responses after violence has already occurred. This article presents a study on the educational action “From Man to Man” (“De Homem para Homem”), developed within the State Secretariat of Public Security of Paraná (SESP/PR), with a focus on the primary and universal prevention of domestic violence and femicide. The objective of the study is to describe and analyze the institutional organization, pedagogical pathway, and initial indicators of reach and receptiveness of the practice studied. This is an experience report, descriptive in nature and based on a mixed-methods approach, supported by pedagogical action research, according to Franco (2025), and documentary analysis of institutional records, monitoring spreadsheets, official public information, and a sample post-event evaluation. The practice analyzed was structured in four interinstitutional stages and resulted in a lecture organized into three axes: reflection on masculinity, understanding violence, and acting as a prevention agent. Between 2024 and August 2025, 450 members of the state public security institutions were trained, and 293 lectures were recorded, with a reported reach of 42,000 people. In the first four months of 2026, 36 new lectures were held, with 921 participants. The sample evaluation at an external event indicated an average score of 9.3 out of ten points. It is concluded that the practice studied shows potential as a preventive educational strategy, although the study recognizes the need for longitudinal evaluations of its behavioral effects.

Keywords: public safety; primary prevention; masculinities; domestic violence; active methodologies.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, o cenário da segurança pública no Brasil tem sido marcado por uma expressiva transição demográfica e estatística no que tange à criminalidade violenta. Conforme apontam os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), observa-se uma tendência de retração nas mortes violentas intencionais em âmbito nacional, cujo ápice histórico registrou 64.079 ocorrências em 2017, declinando para

44.127 casos em 2024. No estado do Paraná, essa dinâmica de diminuição reflete-se de modo análogo, transitando de um pico de 3.453 mortes em 2012 para 2.170 em 2024.

Contudo, a tendência de declínio na letalidade geral não se reproduz de forma simétrica quando analisada pelo recorte de gênero. Os registros de feminicídio demonstram um comportamento inversamente proporcional, evidenciando uma progressão contínua. Após registrar índices inferiores a mil casos nos anos de 2015 e 2016, período imediatamente posterior à instituição da qualificadora penal (Lei nº 13.104/2015), o país atingiu 1.075 casos em 2017, 1.229 em 2018, culminando no patamar de 1.568 ocorrências em 2025 (FBSP, 2026). No estado do Paraná, os números de feminicídios acompanharam o crescimento no último quinquênio, documentando 75, 77, 81 e 109 casos entre os anos de 2021 e 2024, vindo a registrar uma diminuição em 2025, com 87 ocorrências (FBSP, 2026). Esse paradoxo estatístico de diminuição da letalidade violenta geral com o aumento do número de feminicídios leva-nos à reflexão de que ações de segurança pública de caráter reativo têm sido insuficientes para conter as especificidades da violência de gênero, demandando novas estratégias tanto para a análise do cenário quanto para a proposição de medidas de intervenção preventivas.

Diante da complexidade desse fenômeno, a Organização Mundial da Saúde (OMS), através de Dahlberg e Krug (2006), caracteriza a violência como um problema multifatorial de saúde pública, propondo um modelo epidemiológico estruturado em níveis de prevenção primária (ações antes que a situação ocorra), secundária (intervenções sobre situações em curso para mitigar impactos) e terciária (medidas de reabilitação e redução de danos em estágios crônicos). Paralelamente, os autores adotam a classificação das intervenções sobre situações que envolvem a violência como universal (direcionada à totalidade da população), seletiva (voltada a subgrupos vulneráveis ou propensos) e indicada (focada em indivíduos que já manifestam o agravo).

Enquanto as ações direcionadas às mulheres perpassam os espectros universal, seletivo e indicado, a exemplo dos estudos trazidos por Alcântara *et al.* (2024) e Souza e Silva (2019), as abordagens que envolvem a população masculina concentram-se de forma quase exclusiva na dimensão terciária e indicada, operando majoritariamente no plano punitivo ou terapêutico a *posteriori*, ou seja, após a consolidação do ato violento, como indicam os estudos de Gutmann *et al.* (2025). Adicionalmente, conforme Machado, Castanheira e Almeida (2025),

verifica-se uma disfunção nas redes de atenção primária, como a de saúde, que frequentemente falha na identificação precoce da violência doméstica, medicalizando os sintomas psicossomáticos das vítimas sem acionar os fluxos de proteção social integrados.

A partir desse cenário de assimetria interventiva, formula-se o seguinte problema de pesquisa: quais são as experiências decorrentes da organização de um projeto de prevenção primária e universal à violência contra mulheres e meninas, no campo da segurança pública, voltado para a população masculina de modo geral? Para responder a esse questionamento, o objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar, na modalidade de relato de experiência, a organização de um projeto de prevenção à violência contra mulheres e meninas, no campo da segurança pública e direcionado à população masculina em geral, denominado “De homem para homem”, realizado no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná a partir do ano de 2024.

A justificativa deste estudo ancora-se na relevância científica e institucional de analisar uma experiência de segurança pública voltada à prevenção primária e universal da violência contra mulheres e meninas, com foco no público masculino em geral, não necessariamente identificado como autor de violência. Ao sistematizar a organização, o percurso pedagógico e os indicadores iniciais da ação formativa “De Homem para Homem”, este artigo busca contribuir para o debate sobre as limitações das políticas públicas exclusivamente reativas e sobre as possibilidades de construção de práticas educativas direcionadas à problematização das masculinidades no campo da segurança pública.

A prática analisada, por sua vez, justifica-se pela necessidade de ampliar os mecanismos de enfrentamento à violência de gênero para além das intervenções posteriores à violência consumada (reativas). Ao propor uma metodologia de intervenção pautada na reflexão crítica sobre masculinidades, corresponsabilização e prevenção, a ação “De Homem para Homem” diferencia-se de movimentos contemporâneos de agremiação digital ou ideológica que visam ao fortalecimento de masculinidades tradicionais e hegemônicas ou de discursos misóginos ao estilo “*Redpill*”, como descritos por Moraes e Chaveiro (2024). Longe de buscar a hipervalorização da autoestima masculina ou a reiteração de hierarquias patriarcais de gênero, a prática tem como finalidade tensionar padrões comportamentais e socioculturais que perpetuam e legitimam a violência contra mulheres e meninas, pautando o debate não na prescrição de um “homem ideal”, mas na superação das estruturas

simbólicas e relacionais que sustentam a violência de gênero, para que os homens atuem como aliados no combate à violência.

A relevância da ação “De Homem para Homem” alinha-se a um movimento contemporâneo de expansão das abordagens sobre gênero e masculinidades no cenário brasileiro. Embora os grupos reflexivos direcionados ao público masculino tenham adquirido expressiva visibilidade institucional e jurídica no Brasil a partir da aplicabilidade da Lei Maria da Penha com foco principal na responsabilização de autores de violência doméstica, constata-se a emergência de iniciativas relacionadas ao campo da saúde mental, da paternidade ativa e do desenvolvimento pessoal. Diferenciando-se das intervenções de caráter estritamente judicial, esses novos arranjos configuram-se como espaços de adesão voluntária, desprovidos de natureza punitiva ou coercitiva. No âmbito das práticas coletivas e terapêuticas on-line refletidas por Morena (2021), destacam-se iniciativas estruturadas como o projeto *MEMOH*³ e as intervenções psicossociais conduzidas por psicólogos como Alexandre Coimbra Amaral⁴, além de plataformas direcionadas à educação parental e à desconstrução do modelo de provedor distante, a exemplo do canal *Paizinho, Vírgula!*⁵; além de ações voltadas para conscientização do papel do homem na sociedade contemporânea, como os debates promovidos pelo portal *Papo de Homem*⁶.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Botton (2007), ao realizar uma análise histórica sobre a construção do conceito de masculinidade, apresenta que inicialmente a visão naturalista indicava a existência de um modelo único e hegemônico assentado nas ideias de dominação e poder masculino, especialmente derivadas de

³ Disponível em <https://memoh.com.br/>.

⁴ <https://www.instagram.com/alexandrecoimbraamaral/?hl=pt>

⁵ <https://paizinhovirgula.com/>

⁶ <https://papodehomem.com.br/>

concepções biológicas. Para o autor, somente quando a discussão sobre gênero entra em cena é que a conceituação sobre masculinidade passou a ~~ser inserida em um contexto de construção social, cultural e subjetiva~~. Apesar disso, o autor mostra que os estudos sobre masculinidade foram inicialmente rechaçados no campo dos estudos feministas, cuja prioridade política e pedagógica era enfatizar as vozes das próprias mulheres. Neste cenário inicial, “A violência entra como uma discussão privilegiada nessa ocasião, uma vez que é entendida como um poder coercitivo utilizado pelos homens para construir suas identidades e reproduzirem sua supremacia dentre os gêneros” (Botton, 2007, p. 113-114). Neste contexto, o autor apresenta que há uma divergência entre os autores quanto ao tema da masculinidade, sendo que alguns baseiam-se na visão de crise da masculinidade e outros na visão de dominação masculina.

De um lado as pesquisas apontam o homem viril, usuário de violência física ou simbólica – consciente ou inconscientemente – para manter seu status de dominante. Do outro lado, as pesquisas apresentam o homem sensível e vitimado pelos degradantes processos e rituais de construção do ideal viril de masculinidade. Nesse impasse concentrou-se grande parte dos debates – muitos ainda atuais – acerca da masculinidade (Botton, 2007, p. 114-115).

Com o intuito de superar esta concepção binária, o autor apresenta a necessidade de compreender as masculinidades sob um enfoque multifatorial, logo explica que

[...] as masculinidades não podem ser estudadas, nem entendidas, por si só. Diversas outras “estruturas” e instituições sociais devem ser levadas em conta nos estudos masculinos, como: etnia, classe social, nacionalidade, geração, temporalidade, territorialidade, dentre diversos outros fatores altamente relevantes que não devem ser suprimidos numa pesquisa histórica [...] (Botton, 2007, p. 117).

Dialogando com a perspectiva de reprodução social, Bourdieu (2017) argumenta que a dominação masculina se sustenta por meio de estruturas simbólicas historicamente naturalizadas, fazendo com que determinadas hierarquias de gênero sejam percebidas como evidentes ou legítimas. Essa perspectiva permite compreender na vida cotidiana, por exemplo, a naturalização de práticas como o controle do celular da companheira, a restrição de amizades femininas, a responsabilização da

mulher por sua vestimenta ou a ideia de que o homem apenas “ajuda” nas tarefas domésticas. Embora tais comportamentos nem sempre sejam reconhecidos como formas explícitas de violência, eles revelam a permanência de uma ordem simbólica desigual.

Entretanto, Bourdieu (2017) adverte que o uso da expressão “violência simbólica” não deve levar à compreensão equivocada de que se trata de uma violência menor, menos danosa ou dissociada das formas materiais e físicas de agressão contra as mulheres. Ao contrário, ela contribui para a legitimação e reprodução das demais formas de dominação:

Ao tomar “simbólico” em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas ou o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso (Bourdieu, 2017, p. 55).

Nesse sentido, Bourdieu (2017) demonstra que tanto as disposições associadas à submissão feminina quanto aquelas relacionadas ao exercício da dominação masculina são produzidas por processos sociais de aprendizagem. Ou seja, o autor afasta qualquer leitura biologizante da dominação masculina e evidencia que ela é construída socialmente:

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também são prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas da representação dominante. Tal como as disposições à submissão, as que levam a reivindicar e a exercer a dominação não estão inscritas em uma natureza e têm que ser construídas ao longo de todo um trabalho de socialização, isto é, como vimos de diferenciação ativa em relação ao sexo oposto (Bourdieu, 2017, p. 74-75).

Essa compreensão é especialmente relevante para o presente estudo, pois fundamenta a necessidade de ações educativas voltadas aos homens antes da prática da violência. Se a dominação é socialmente construída, também pode ser criticamente problematizada por meio de processos formativos que questionem a associação entre masculinidade, controle, força, invulnerabilidade e poder sobre as mulheres.

Lecheta (2019), ao analisar masculinidades do campo em perspectiva dialógica, observa que o sujeito masculino necessita do olhar e da validação do outro para afirmar-se como homem. Ou seja, a masculinidade não é uma essência individual, mas uma construção relacional, socialmente fiscalizada e reiterada. A contribuição de Lecheta (2019) permite ampliar a compreensão dos modelos de masculinidade ao destacar que a figura do “macho” carrega uma visualidade associada ao corpo rústico, forte e viril, especialmente no imaginário das masculinidades do campo. Embora o programa “De Homem para Homem” não se restrinja a esse público, essa reflexão ajuda a evidenciar que as masculinidades são atravessadas por território, cultura, religião, classe e modos específicos de socialização.

Nesse mesmo sentido, Bola (2020) critica a ideia de existência de um “homem de verdade”, demonstrando que tal expressão não corresponde a uma identidade natural ou universal, mas a um conjunto de expectativas sociais restritivas impostas aos homens. Para o autor, “esses estereótipos funcionam para reforçar noções limitadas do que um homem pode e não pode ser: eles são usados em múltiplos contextos e podem exercer acentuada pressão sobre os homens” (Bola, 2020, p. 25). Essa compreensão contribui para o presente estudo na medida em que permite problematizar a masculinidade não apenas como posição de poder, mas também como construção social marcada por padrões rígidos de comportamento, tais como a obrigação de demonstrar força, controlar emoções, rejeitar vulnerabilidades e afirmar autoridade.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a masculinidade hegemônica opera por meio de expectativas sociais que restringem a expressão emocional, associam virilidade à força e ao controle e dificultam a construção de relações igualitárias. Assim, ações preventivas voltadas ao público masculino precisam criar espaços de reflexão capazes de desnaturalizar esses estereótipos e ampliar as possibilidades de ser homem sem recorrer à dominação, ao controle ou à violência.

A urgência desse deslocamento metodológico para o público masculino ganha contornos práticos no estudo de Amaral (2023). Ao analisar relatos de mulheres em situação de violência doméstica com e sem dependência econômica em relação aos autores da violência, observou que a vitimização de mulheres economicamente independentes reforça a compreensão de que a autonomia financeira, embora essencial, não elimina por si só o risco de violência. Isso porque a mulher pode ampliar sua capacidade de decisão sobre a própria vida, mas não detém controle sobre o comportamento do agressor. Desse modo, políticas públicas

centradas exclusivamente no fortalecimento das mulheres, ainda que indispensáveis, mostram-se insuficientes quando desacompanhadas de estratégias voltadas ao público masculino. Entende-se que intervenções capazes de promover reflexão crítica e mudanças nos comportamentos dos homens podem apresentar potencial preventivo no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Souza (2025), numa perspectiva interacionista, pesquisou uma metodologia formativa para trabalhar questões identitárias em mulheres em situação de violência doméstica. Apesar de ter um foco diferente do “De homem para homem”, a contribuição da autora mostra-se pertinente porque as propostas se alinham na medida em que podemos compreender a identidade do indivíduo como algo relacional. Isso reforça a ideia de que masculinidades violentas não são naturais, mas construídas e, portanto, passíveis de ressignificação por meio de ações educativas preventivas. Assim, antes de exigir uma mudança comportamental masculina, é necessário promover reflexão sobre identidade, papéis sociais e construção simbólica da masculinidade.

Lecheta (2023), ao discutir as “pedagogias da masculinidade” no teatro amador, contribui para compreender que os modos de ser homem são produzidos em processos educativos formais e não formais, atravessados por discursos, experiências corporais, relações de grupo e expectativas sociais. Essa perspectiva aproxima-se da ação “De Homem para Homem” ao reconhecer que masculinidades violentas ou rígidas não são naturais, mas aprendidas e, portanto, passíveis de problematização em práticas formativas. Além disso, ao dialogar com Connell⁷, Lecheta (2023) permite compreender que a masculinidade hegemônica opera como modelo normativo mesmo quando não é plenamente vivida por todos os homens, produzindo masculinidades cúmplices, subordinadas e marginalizadas. Essa leitura reforça a pertinência de ações preventivas universais voltadas a homens em geral, inclusive não autores de violência, pois a reprodução da desigualdade de gênero também ocorre por meio de silêncios, cumplicidades e naturalizações cotidianas.

⁷ CONNELL, R. W. *Masculinidades*. Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2003. 355 p. Traducción: Irene Maria Artigas.

No campo das experiências brasileiras voltadas ao trabalho formativo com homens, destacam-se os grupos reflexivos e responsabilizantes destinados a autores de violência doméstica e familiar contra mulheres. Pastre e Azevêdo (2024), ao analisarem iniciativas no Estado do Paraná, identificaram 60 intervenções distribuídas em 58 municípios, além de relatarem a experiência do Grupo Atitude, desenvolvido na região metropolitana de Curitiba. Os autores observam que tais grupos constituem espaços de convívio, problematização, questionamento, diálogo e responsabilização, voltados à desnaturalização da violência nas relações de gênero e à desconstrução de padrões hegemônicos de masculinidade. Embora essas experiências estejam majoritariamente associadas a homens já identificados como autores de violência, elas demonstram a relevância de práticas formativas dirigidas ao público masculino. A ação “De Homem para Homem” dialoga com esse repertório, mas se diferencia ao deslocar a intervenção para o campo da prevenção primária e universal, voltada a homens em geral, antes da judicialização ou da identificação formal como autores de violência.

Por fim, a ênfase no diálogo entre homens encontra respaldo em levantamentos institucionais que apontam a conversa pessoal como uma via relevante de mudança de atitudes, especialmente quando mediada por pessoas próximas e por outros homens, o que reforça a pertinência de estratégias preventivas entre pares (Instituto PDH *et al.*, 2019). Na cartilha “Como conversar com homens sobre violência contra as mulheres”, do Instituto PDH *et al.* (2019), os dados indicam que uma parcela significativa dos homens relatou ter deixado de praticar alguma atitude violenta após conversas pessoais com pessoas próximas, inclusive amigos ou parentes homens.

Dessa forma, o referencial teórico adotado permite compreender o programa “De Homem para Homem” como uma estratégia de prevenção primária orientada à problematização das masculinidades e à desconstrução de padrões socioculturais que legitimam a violência contra mulheres e meninas. Ao articular masculinidade, dominação simbólica, identidade relacional e diálogo entre pares, a proposta desloca o enfrentamento da violência de gênero de uma lógica exclusivamente reativa e punitiva para uma perspectiva educativa, preventiva e corresponsável, voltada à transformação das atitudes masculinas antes da ocorrência da violência.

3 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem mista (qualitativa e quantitativa), conforme propõem Creswell e Creswell (2021), cujo objeto de análise é o projeto de prevenção primária universal “De Homem para Homem”, direcionado à população masculina e desenvolvido no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP/PR) a partir de 2024, como parte das operações Mulher Segura e Vida.

O percurso metodológico dividiu-se em duas frentes. A primeira consistiu na descrição do desenvolvimento da tecnologia educacional, detalhando a construção da proposta por uma equipe multidisciplinar de seis servidores públicos composta por policiais civis e militares e por uma técnica administrativa. Tal etapa tomou por base os pressupostos da pesquisa-ação pedagógica proposta por Franco (2025, p. 11), especialmente quando afirma que a “investigação se estrutura como um processo dialógico, em que os sujeitos constroem juntos os sentidos da prática, partilham perguntas, confrontam interpretações e elaboram sínteses”.

A segunda frente baseou-se no levantamento e na análise de indicadores de impacto, utilizando a análise documental de relatórios institucionais e dados da Agência Estadual de Notícias para mensurar o alcance do projeto entre 2024 e agosto de 2025, bem como o levantamento retrospectivo de dados de monitoramento interno no período de janeiro a maio de 2026. Levou-se em consideração a proposta de Gil (2008, p. 51) ao apontar que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Por fim, a avaliação de aceitação e a percepção qualitativa do público externo foram mensuradas por meio de um indicador amostral correspondente ao relatório de avaliação pós-evento de uma palestra realizada em parceria com o Sebrae, com 115 participantes, por meio de formulário eletrônico com escala de opinião e comentários textuais. Considerando que as respostas ao questionário foram disponibilizadas pela equipe do Sebrae ao grupo de pesquisadores, tal material também foi tratado como documento para efeito de análise.

4 RESULTADOS

Alinhados aos pressupostos de Franco (2015, 2025) sobre a pesquisa-ação pedagógica, assume-se que as etapas de planejamento, aplicação, avaliação e reorganização do processo educativo geram, por si sós, resultados práticos. Como esses desdobramentos frequentemente se fundem com a percepção do próprio método, a apresentação dos achados foi estruturada em dois eixos. O primeiro reconstrói a implementação da proposta por meio de um relato qualitativo das decisões pedagógicas que nortearam sua criação e execução. Essa abordagem fundamenta-se em Creswell e Creswell (2021), os quais esclarecem que a análise qualitativa centra-se na compreensão de significados, percepções e experiências dos participantes — permitindo, nesta etapa, que a narrativa ocorra sob a ótica dos profissionais que a organizaram coletivamente. O segundo eixo mensura os impactos dessa intervenção a partir do cruzamento de dados de documentos oficiais e das respostas obtidas via questionário aplicado ao público-alvo.

A análise da implementação da ação educativa “De Homem para Homem” revela a consolidação de uma política pública inovadora no campo da segurança pública e do enfrentamento à violência de gênero no Estado do Paraná. A gênese desse projeto está vinculada ao amadurecimento das diretrizes da “Operação Mulher Segura” e da “Operação Vida”, desenvolvidas no âmbito estadual. A demanda por uma intervenção direcionada emergiu a partir da percepção dos próprios agentes executores dessas operações em suas fases iniciais. Ao monitorarem os indicadores criminais e sociais, os profissionais constataram a insuficiência de concentrar as ações de acolhimento e conscientização exclusivamente no público feminino. Identificou-se que, para romper com o ciclo de violência de forma adequada, fazia-se necessário incluir os homens na discussão preventiva, deslocando-os da condição de potenciais espectadores indiferentes para a posição de sujeitos corresponsáveis pelo enfrentamento da violência de gênero.

Deste modo, em coerência com a proposta de pesquisa-ação pedagógica estruturada por Franco (2025, p. 14):

uma situação será naturalmente transformada quando seus sujeitos passarem a compreender como ela se estruturou, quais as circunstâncias que organizam a presente situação e quais os obstáculos que impedem que se atinja uma condição mais condizente com a perspectiva do grupo (aqui está o impulso para práticas emancipatórias). Trata-se da tomada de consciência do espaço social que ocupamos.

O processo de construção do projeto consolidou-se por meio de quatro etapas sequenciais e interdependentes. A primeira delas consistiu na construção coletiva e interinstitucional da proposta, conduzida por uma equipe técnica e multidisciplinar composta por três policiais militares (sendo uma do gênero feminino), dois policiais civis e uma técnica administrativa. A composição plural do grupo permitiu que diferentes saberes e vivências institucionais culminassem numa abordagem sensível às nuances de gênero e segurança. A fase subsequente dedicou-se à busca pedagógica de um caminho didático a ser percorrido durante a execução das palestras. A equipe realizou reuniões de planejamento estruturadas sob a metodologia de *brainstorming*, delimitando o escopo das necessidades institucionais, o perfil do público-alvo a ser impactado e os eixos estruturantes do conteúdo.

Na terceira etapa, o grupo avançou para a formação de multiplicadores, promovendo a capacitação de operadores da rede de segurança pública a partir das ferramentas previamente testadas em ambiente piloto. O objetivo dessa fase foi descentralizar o conhecimento, instrumentalizando novos agentes para replicarem a metodologia nas diversas regiões e contextos comunitários do estado. Por fim, o percurso metodológico culminou na gravação de uma videoaula institucional para atingir a totalidade dos profissionais de segurança pública do Paraná por meio de plataformas de ensino a distância da Escola de Governo Estadual e, posteriormente, expandir seu escopo de difusão para o público geral.

Passa-se, agora, a análise do segundo eixo dos resultados, que é a análise da arquitetura pedagógica resultante desse processo de planejamento. Tal análise dos resultados baseia-se na ideia de que:

As práticas pedagógicas incluem desde planejar e sistematizar a dinâmica dos processos de aprendizagem até caminhar no meio de processos que ocorrem para além dela, de forma a garantir o ensino de conteúdos e de atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, através desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos. (Franco, 2015, p. 608)

Logo, as necessidades percebidas pelo grupo que elaborou o projeto foram organizadas em três eixos teóricos e práticos, cada um associado a metodologias ativas específicas para garantir o engajamento dos participantes. O primeiro eixo, denominado “Reflexão sobre a própria masculinidade e o papel do homem (Olhar para dentro)”, dedica-se ao

diagnóstico e à desconstrução das pressões socioculturais internalizadas pelo público masculino. O roteiro utiliza a metáfora da “Caixa dos Homens” para evidenciar o conjunto de regras rígidas e restritivas (como a repressão emocional, a obrigatoriedade da infalibilidade e a necessidade de demonstração constante de força) que moldam a identidade masculina desde a infância. Sob a ótica científica, demonstra-se que o isolamento afetivo funciona como gatilho psicossocial para comportamentos agressivos, já que a violência é socialmente legitimada como validação de poder. Para romper a resistência do público e gerar abertura ao diálogo, foram empregadas metodologias ativas baseadas no anonimato tecnológico e na autoavaliação digital, como a aplicação de enquetes virtuais instantâneas e a exibição de vídeos de sensibilização.

O segundo bloco analítico, intitulado “A compreensão sobre a violência e suas manifestações”, expande o olhar do plano individual para o diagnóstico social e legal, focando na assimetria de percepção em que os indivíduos reconhecem o machismo estrutural, mas falham em identificar as próprias condutas dentro desse sistema. Para mitigar essa dissonância, o roteiro ampara-se no resgate histórico-jurídico e na tipificação detalhada da Lei Maria da Penha, demonstrando que as violências física e sexual são o ápice de um processo contínuo antecedido por manifestações sutis de violências moral, psicológica e patrimonial. Nesse eixo, as metodologias ativas envolvem o uso de estudos de caso baseados em cenários cotidianos e perguntas-gatilho sobre vulnerabilidade urbana, forçando o público a exercitar a alteridade através de um “termômetro comportamental”.

O terceiro eixo, estruturado sob o tema “Como atuar como agentes de prevenção”, consolida a dimensão pragmática da intervenção, convertendo o espectador passivo em um ator político e comunitário. Partindo da premissa de que o silêncio diante de piadas depreciativas opera como cumplicidade, o roteiro instrumentaliza os homens para acolherem adequadamente mulheres em situação de violência, validando seus relatos sem julgamentos revitimizantes, além de fornecer diretrizes específicas para o encaminhamento de autores de violência a grupos reflexivos e serviços de assistência social como o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). As metodologias de engajamento concentram-se na aprendizagem baseada em problemas e na desconstrução coletiva de expressões cotidianas, utilizando simulações de cenários reais e *scripts* práticos de ação que ligam o aprendizado diretamente à responsabilidade para a mudança da realidade da violência contra meninas e mulheres.

A seguir, é apresentado um quadro que sintetiza o percurso pedagógico de cada uma das etapas da palestra apresentando o objetivo e as metodologias ativas de aprendizagem utilizadas.

Quadro 1 – Percurso pedagógico da ação formativa “De Homem para Homem”

Etapa	Objetivo	Metodologia ativa empregada
Reflexão sobre a própria masculinidade e o papel do homem (Olhar para dentro)	Refletir sobre masculinidade, machismo cotidiano e pressões sociais impostas aos homens	Enquetes anônimas, autoavaliação digital, vídeos de sensibilização e perguntas reflexivas
A compreensão sobre a violência e suas manifestações	Identificar formas de violência previstas na Lei Maria da Penha e reconhecer sinais iniciais de abuso	Estudos de caso, perguntas-gatilho, análise de situações cotidianas e discussão orientada
Como atuar como agentes de prevenção	Instrumentalizar homens para acolher, intervir de forma segura e encaminhar situações de violência	Simulações, resolução de problemas, <i>scripts</i> práticos de abordagem e debate coletivo

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Seguindo para o último bloco de resultados, os impactos documentados ao longo da execução da iniciativa demonstram sua relevância. Conforme dados oficiais da Agência Estadual de Notícias do Paraná, entre o início do programa e agosto de 2025, o projeto capacitou 450 servidores das cinco instituições de segurança pública do estado (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica e Polícia Penal). A compilação dos números relativos ao programa foi realizada pela coordenação do programa “Mulher Segura” na Secretaria de Estado da Segurança Pública com a utilização de planilhas compartilhadas com os servidores que passaram pela capacitação e atuaram como multiplicadores. Para cada evento em que os multiplicadores atuaram, houve o preenchimento de uma linha da planilha, registrando-se a data, o nome da instituição ou local onde a ação ocorreu, o endereço, a quantidade de público presente,

o nome do responsável pelo preenchimento e telefone de contato. Ao todo, foram registradas na planilha de controle 293 palestras, atingindo um público direto de 42 mil pessoas, majoritariamente do sexo masculino, com média de 143 participantes por palestra (Paraná, 2025).

Dando continuidade à política pública no ano de 2026, os dados de monitoramento das planilhas de controle registraram um fluxo de ações preventivas nos primeiros meses, contabilizando 3 palestras e 45 ouvintes em fevereiro, 19 palestras e 600 ouvintes em março, 6 palestras e 124 ouvintes em abril, e 8 palestras com 152 ouvintes em maio (não houve registros no mês de janeiro), consolidando um incremento de 36 novos eventos e 921 homens alcançados no período. Observa-se que, em comparação aos dois anos iniciais do programa, o início do ano de 2026 teve um alcance menor, o que pode sinalizar uma descontinuidade nas ações do programa.

No plano da avaliação qualitativa e da aceitação externa ao ambiente policial, destaca-se como indicador amostral o evento realizado em parceria institucional com o Sebrae, em 2025, que contou com 115 participantes. A avaliação pós-evento obteve a nota média de 9,3 em uma escala de zero a dez, acompanhada de relatórios com elogios que reiteraram a eficácia das metodologias ativas e atestaram a receptividade da abordagem baseada no diálogo entre pares e na corresponsabilidade voluntária.

5 DISCUSSÕES

A articulação entre os resultados da ação “De Homem para Homem” e o referencial teórico evidencia três pontos de discussão. O primeiro deles demonstra a relevância da prevenção primária e universal em detrimento de modelos puramente reativos para situações ligadas à violência de gênero. O alcance do projeto corrobora a premissa de Bourdieu (2017) de que a dominação de gênero é um constructo social passível de desconstrução, evidenciada pela aceitação dos homens ao se abordar o tema da masculinidade sem viés punitivo, desestruturando a ideia de “homem de verdade” conceituada por Bola (2020) para reduzir a resistência do público masculino ao debate.

O segundo elemento expõe a necessidade de tratar a violência contra meninas e mulheres como um fenômeno relacional que tem o homem como principal autor. Conforme apontam Alcântara *et al.* (2024) e Amaral (2023), focar a prevenção apenas no fortalecimento feminino

é insuficiente, pois a emancipação das mulheres não cessa, por si só, a conduta do agressor. Essa mudança de paradigma alinha-se à perspectiva de Souza (2025), indicando que a redução sustentável dos indicadores de violência exige, obrigatoriamente, instrumentalizar os homens para que ressignifiquem seus papéis e expressões emocionais.

Por fim, o terceiro aspecto destaca o potencial do diálogo entre pares e da corresponsabilização. Ao transformar o espectador passivo em um aliado ativo que rompe o silêncio diante do machismo cotidiano, e ao afastar-se de discursos polarizados de internet criticados por Morais e Chaveiro (2024), a intervenção constrói uma estratégia prática que tira a masculinidade do polo da ameaça para o campo da corresponsabilidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação cumpriu os objetivos propostos ao analisar e documentar o processo de concepção, estruturação metodológica e validação inicial da ação educativa “De Homem para Homem”. Ao mapear a transição conceitual e pedagógica desenhada pela intervenção, o estudo evidenciou como a inclusão do público masculino na política de prevenção primária é um elemento-chave para o fortalecimento do enfrentamento à violência de gênero e para a superação do machismo estrutural.

Como principal contribuição, a pesquisa demonstrou a viabilidade e a riqueza de uma construção coletiva e interinstitucional no âmbito da segurança pública. A articulação entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e o corpo técnico-administrativo permitiu a criação de um modelo de intervenção resolutivo e pedagogicamente adaptável a diferentes realidades do Estado do Paraná. Ademais, a transposição didática da iniciativa para o formato de videoaula consolida o desenvolvimento de uma tecnologia social replicável para atingir profissionais de segurança pública e membros da sociedade civil inclusive na modalidade de ensino remoto.

Por outro lado, o estudo apresenta limitações que delimitam o alcance de seus achados e devem ser ponderadas, sendo necessárias avaliações empíricas e longitudinais que acompanhem o impacto comportamental real e a retenção do aprendizado junto ao público-alvo final na comunidade ao longo do tempo. Soma-se a isso a especificidade do contexto institucional e regional de formulação da política, o que demanda cautela e adaptações socioculturais quando da replicação desta

metodologia em territórios com características demográficas, econômicas e criminais distintas da realidade observada.

A superação dessas limitações abre caminho para pesquisas futuras. Recomenda-se o desenvolvimento de investigações qualitativas como o emprego de grupos focais ou entrevistas semiestruturadas com multiplicadores capacitados, visando mapear os desafios práticos vivenciados em diferentes cenários comunitários, como escolas, empresas e associações de bairro. Sugere-se, outrossim, a realização de estudos comparativos com outros modelos de grupos reflexivos de gênero para identificar o nível de adesão a estratégias de gamificação e o manejo da resistência masculina. Por fim, vislumbra-se a possibilidade de ampliação desse modelo preventivo universal para outros campos de atuação da segurança pública, adaptando sua lógica de engajamento e as metodologias ativas de aprendizagem para o acolhimento e proteção de outros grupos em situação de extrema vulnerabilidade social, tais como crianças, adolescentes e idosos.

7 DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Declaramos que ferramentas de Inteligência Artificial Generativa foram utilizadas neste trabalho, entre elas Gemini e ChatGPT, para a revisão e o aprimoramento gramatical e ortográfico do texto. Todo conteúdo gerado foi revisado criticamente pelos autores, que assumem integralmente a responsabilidade pela originalidade e veracidade do texto final, em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664/2026.

8 REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Patrícia Pereira Tavares de et al. Cuidado integral às mulheres vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e08992023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QrCh6D3w4hVmzBnb6DbcvKB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

AMARAL, Victor Rodrigo. **O resgate de Marias: a subjetividade ferida de mulheres vítimas de violência doméstica e o ensino de empreendedorismo como alternativa para enfrentamento**. 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

BOLA, JJ. **Seja homem: a masculinidade desmascarada**. Tradução de Rafael Spuldar. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, [S. l.], v. 1, n. 19/20, 2007. DOI: 10.5380/rv.v1i19/20.20548. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548>. Acesso em: 5 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 28 maio 2026.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio de 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 23 maio 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Retrato dos feminicídios no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/291>. Acesso em: 23 maio 2026.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe): sistematização de uma metodologia crítica construída na e com a práxis educativa. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 10, p. e025006, 2025. Disponível em: https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/pt_BR/article/view/2352/780. Acesso em: 12 jul. 2026.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTMANN, Victoria Leslyê Rocha et al. Abordagens de prevenção voltadas aos homens autores de violência contra mulheres: revisão de escopo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 59, p. e20250036, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/hVWJrBZQs37mrKJjsMQjkZK/?lang=en>. Acesso em: 24 maio 2026.

INSTITUTO PDH; INSTITUTO AVON; PAPODEHOMEM; QUEBRANDO O TABU. **Como conversar com homens sobre violência contra as mulheres**. [S. l.]: Instituto PdH, 2019. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/sem-violencia>. Acesso em: 28 maio 2026.

LECHETA, Andrio Robert. **“Teatro é coisa de viado!”**: pedagogias da masculinidade no teatro amador em perspectiva dialógica. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

LECHETA, Andrio Robert. **“Vocês acham que eu sou macho?”**: autoficção, masculinidade(s) do campo e o teatro universitário em perspectiva dialógica. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MACHADO, Dinair Ferreira; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. A violência contra a mulher por parceiro íntimo nos serviços de Atenção Primária: da invisibilidade à medicalização. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, p. e240275, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XbTQPYj3LRqbZxTrL3SNDH/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

MORENA, Gabriella. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 30, n. 69, p. 113-116, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v30n69/v30n69a10.pdf>. Acesso em: 24 maio 2026.

MORAIS, Matheus Ferreira de; CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. Masculinidades hegemônicas e violência contra mulheres nas mídias: críticas ao movimento RedPill. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 3, p. 12-27, 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/9306>. Acesso em: 25 maio 2026.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Policiais dialogam com 42 mil homens em ação de combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Policiais-dialogam-com-42-mil-homens-em-acao-de-combate-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 26 maio 2026.

PASTRE, Taciane Aparecida Siqueira; AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. Grupos para reflexão e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher no estado do Paraná/Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 14, n. 3, p. 72-96, 2024.

SOUZA, Caroline Pegoraro de. **Espelho d'alma: metodologia formativa para a construção da identidade empreendedora em mulheres em situação de violência doméstica**. 2025. 133 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Maria Fernanda Silva da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando famílias**, v. 23, n. 1, p. 153-166, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012. Acesso em: 24 maio 2026.

Data da submissão: 30.05.2026.

Data da aprovação: 25.06.2026.